

Dívida Pública 28-8-75

Prefeitura aumenta dívida interna

Da Sucursal e do Serviço Local

A Comissão de Economia do Senado aprovou, ontem, o novo limite da dívida interna do município de São Paulo, que passará a um bilhão de cruzeiros, significando 43 por cento de sua receita líquida. Enquanto isso, hoje, a Comissão de Finanças, acompanhada do senador Franco Montoro, estará em São Paulo inspecionando as obras do metrô realizadas com empréstimos obtidos no exterior após autorização do Senado.

A autorização para a Prefeitura de São Paulo elevar sua dívida teve como relator na Comissão de Economia o senador Roberto Saturnino (MDB-RJ), a quem coube revelar que

a dívida interna do município representará 43 por cento da receita para este ano, estimada em cinco bilhões, 93 milhões, 174 mil e 952 cruzeiros. O senador Roberto Saturnino explicou que a Prefeitura pretende elevar a dívida em um bilhão de cruzeiros mediante a colocação de letras e apólices reajustáveis do Tesouro Nacional.

O senador Roberto Saturnino revelou que o prefeito Olavo Setubal pretende utilizar a verba de um bilhão de cruzeiros na liquidação da desapropriação da Companhia de Gás, no valor de 132,5 milhões de cruzeiros, mas que terá um desconto de 20 por cento no caso de pagamento imediato. Essa verba, segundo o prefeito, será utilizada também em 6.500 ações de desapropriação em juízo, das quais 2.500 já julga-

das e com pagamento em torno de 300 milhões de cruzeiros; e subvenção adicional à Companhia Municipal de Transportes Coletivos — CMTC —, “com prejuízo operacional de 120 milhões de cruzeiros no ano passado e prejuízo estimado para 1975 de 139 milhões de cruzeiros, dos quais 80 milhões de cruzeiros com cobertura orçamentária”.

Linha expressa

O secretário municipal de transportes, Olavo Cupertino, tentará ignorar o decreto n.º 11.187/74 que disciplina a operação do transporte coletivo no município e que no seu artigo segundo, alínea seis, institui que nas linhas especiais da CMTC é vedada a condução de passageiros em pé.

Cupertino convocará a imprensa (hoje ou amanhã, segundo a secretaria) para anun-

ciar “o novo conceito de linha especial”, trocando o termo **especial** para **expressa**, conceituação inexistente no decreto. Essa foi a fórmula encontrada por seus assessores para justificar as tarifas elevadas da categoria e o transporte de passageiros em pé, defendida há dois dias pelo secretário.

Essa posição de Cupertino teve grande repercussão na Câmara e foi severamente criticada pelo vereador arenista Celso Matsuda. O vereador ateu-se à última declaração do secretário, alegando que não há fundamento dizer que “nada, legalmente, impede que aqueles ônibus conduzam passageiros em pé”. Matsuda disse que “Cupertino é réu e juiz de seus atos, pois acumula as funções de presidente da CMTC e secretário dos transportes, uma situação constrangedora mas privilegiada”.